A GAZETA

Cidades

Vitória (ES), quinta-feira 1º de junho de 2006 Editora: Cintia B. Alves calves@redegazeta.com.br Tel.: 3321-8446

A)15219

ALGUMAS MEDIDAS SÃO DE MÉDIO PRAZO E OUTRAS DEPENDEM DE MUDANÇA NA LEGISLAÇÃO. PARTE DAS SUGESTÕES, NO ENTANTO, PODERIA TER IMPLANTAÇÃO IMEDIATA

7 medidas para controle de presídio sem bloqueio de celular

Especialistas apontam ações que poderiam ser implantadas no lugar do caladão

SANDRESA CARVALHO scarvalho@redegazeta.com.br

O bloqueio dos sinais de celulares nas imediações dos presídios foi considerado pelas secretarias de Justiça e de Segurança Pública como uma ação fundamental para controlar a ação de organizações criminosas que ordenavam crimes de dentro das cadeias.

Mas seria o bloqueio dos celulares

a melhor maneira de controlar esses detentos? Especialistas ouvidos por A GAZETA apontaram sete medidas que poderiam ser implementadas para um controle maior dos presídios capixabas, sem a necessidade de impor um caladão aos moradores e comerciantes das áreas localizadas próximas de presídios.

Algumas das medidas sugeridas são de médio prazo para a implantação e

outras dependem de mudança na legislação brasileira. No entanto, parte das sugestões poderia ter implantação imediata nas unidades, bastando apenas uma determinação da Secretaria de Justiça (Sejus).

O bloqueio começou no último sábado, por determinação judicial, e atingiu mais de 40 regiões em Vila Velha, Vitória e Viana.

Profissionais liberais, comerciantes

e moradores de alguns bairros, como a Glória, em Vila Velha, reclamavam que não conseguiam completar as ligações.

Enquanto isso, conforme a Rede Gazeta comprovou na última terça-feira, presos e policiais do complexo penitenciário de Vila Velha falaram livremente através do telefone celular, que funcionava normalmente na área interna do presídios.

Mais agentes penitenciários

■ Como é hoje: Atualmente, segundo o Sindipúblicos, existem três categorias de agentes penitenciários, com salários diferenciados. Os concursados, que recebem cerca de R\$ 1,2 mil mensais, os contratados por designação temporária, que têm contrato por tempo predeterminado e recebem R\$ 1 mil, e os que preenchem cargos comissionados e recebem, em média, R\$ 800,00. De acordo com o diretor do Sindipúblicos e também agente penitenciário, Wilker Kaiser de Freitas, a capacitação dura ape-

Revista mais rigorosa

■ Como é hoje: A maioria dos malotes e visitantes dos presídios é revistada manualmente. Apenas duas unidades - a Casa de Custódia e a Penitenciária de Segurança Máxima, ambas em Viana dispõem de equipamentos de raios x e detectores de metais manuais. A Secretaria de Justica informou que adquiriu 37 detectores manuais, mas os aparelhos ainda estão sendo distribuídos para as unidades. Um terceiro aparelho de raios x será enviado para a Penitenciária de Linhares, onde não serão necessárias obras de adequação do presídio para a instalação do equipamento, e já deve estar funcionando em dez dias. Se-



FOTO: FÁBIO VICENTINI

Revista em

Pena para

Suspensão de malotes

■ Como é hoje: Familiares de presos podem levar alimentos, roupas e produtos de higiene (os chamados malotes) aos presídios, às quartas-feiras e nos finais de semana. Os malotes são considerados uma maneira de facilitar a entrada de materiais proibidos nos presídios, tais como drogas e celulares, principalmente. Profissionais ouvidos por A GAZETA afirmam que a entrada de malotes está enraizada na rotina do presídio e que a suspensão deles provocaria rebeliões nas cadeias. A Secretaria de Justiça afirmou que a possibilidade de suspensão dos malotes não está sendo cogitada e que a adoção de quaisquer medidas administrativas não serão divulgadas com antecedência.

rios, sem contato pessoal. As visitas com contato pessoal são esporádicas e a visita íntima é considerado um prêmio e não uma obrigação do Estado. A Secretaria de Justica informou que a criação de um espaço específico para visitantes está prevista nos projetos para as novas unidades a serem construídas no Estado. Em relação aos presídios já existentes, a secretaria alega que está tomando providências para, na medida do possível, limitar o acesso dos visitantes às celas e galerias.

Controle informatizado

Mais agentes penitenciários

- Como é hoje: Atualmente, segundo o Sindipúblicos, existem três categorias de agentes penitenciários, com salários diferenciados. Os concursados, que recebem cerca de R\$ 1.2 mil mensais, os contratados por designação temporária, que têm contrato por tempo predeterminado e recebem R\$ 1 mil, e os que preenchem cargos comissionados e recebem, em média, R\$ 800,00. De acordo com o diretor do Sindipúblicos e também agente penitenciário, Wilker Kaiser de Freitas, a capacitação dura apenas uma semana e o novato acaba tendo que aprender no trabalho. "E ele pode aprender certos vícios que não deveriam existir".
- Como deveria ser: O Sindipúblicos defende a abertura de concurso público para a contratação de agentes, medida que foi também sugerida pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) em relatório apresentado no mês de abril. A realização de concurso corrigiria as distorções salariais e, segundo o Sindipúblicos, aumentaria o grau de responsabilidade dos agentes em casos de corrupção. O ideal, segundo os próprios agentes, é um treinamento com maior duração, semelhante ao aplicado aos agentes penitenciários federais que foram contratados para trabalhar nos. cinco presídios federais de segurança máxima que estão sendo construídos pela União. A Secretaria de Justiça afirmou que o governo estadual iá autorizou a abertura de um concurso público para o preenchimento de 300 cargos de agentes penitenciários. A secretaria disse, ainda, que a capacitação é feita pela Escola Penitenciária e que os agentes tiveram um aumento salarial recente.

Revista mais rigorosa

- Como é hoje: A maioria dos malotes e visitantes dos presídios é revistada manualmente. Apenas duas unidades - a Casa de Custódia e a Penitenciária de Segurança Máxima, ambas em Viana dispõem de equipamentos de raios x e detectores de metais manuais. A Secretaria de Justica informou que adquiriu 37 detectores manuais, mas os aparelhos ainda estão sendo distribuídos para as unidades. Um terceiro aparelho de raios x será enviado para a Penitenciária de Linhares, onde não serão necessárias obras de adequação do presídio para a instalação do equipamento, e já deve estar funcionando em dez dias. Segundo a Seius, a compra de outros três equipamentos está em fase de licitação.
- Como deveria ser: Todos os materiais e pessoas deveriam ser submetidos a revista por detectores de metais e equipamentos de raios x para ter acesso às unidades prisionais. O foco da revista, na opinião de agentes penitenciários, deveria ser o preso e não o visitante, como acontece hoje. Ao lançar o projeto das celas metálicas, o secretário de Segurança Pública e Defesa Social, Evaldo Martinelli, defendeu o mesmo ponto de vista. "O preso será revistado toda vez que sair da área interna da cadeia. Assim, as pessoas podem tentar passar o que quiserem, mas com a revista no preso, o material proibido não vai entrar na cadeia", explicou Martinelli, na época. Segundo Wilker de Freitas, esse sistema é utilizado apenas na Penitenciária Regional de Colatina, que é terceirizada. "O preso é revistado antes e depois de sair da cela, o que facilita a segurança na penitenciária", disse.



FOTO: FÁBIO VICENTINI

Revista em advogados

- Como é hoje: Segundo a Ordem dos Advogados do Brasil no Espírito Santo (OAB/ES), a garantia de que os advogados não serão revistados é prevista na Constituição Federal. Os profissionais não são submetidos à revista antes de entrarem nas unidades prisionais. Apesar disso, a Secretaria de Justiça garante que qualquer pessoa que entre no sistema penitenciário é submetida a revista por aparelhos de raios x e detectores de metais, incluindo os advogados e religiosos. A Sejus afirmou que os advogados não são submetidos a revista íntima.
- Como deveria ser: Especialistas defendem que o contato entre presos e qualquer visitante, o que inclui advogados, deveria ser feito em um parlatório, com separação por vidro à prova de balas e conversas por interfone. Eles também afirmam que a revista deveria ser feita nas unidades onde não existisse parlatórios. Na Penitenciária da Papudinha, no Distrito Federal, os advogados deixam pastas e telefones na entrada, sendo permitido que entrem apenas com um pasta transparente. A OAB/ES afirma que a intenção de revistar advogados é inadmissível. "Isso é uma afronta à Constituição", afirmou o presidente Agesandro da Costa Pereira.

Pena para quem portar celular

- Como é hoje: O uso de aparelhos celulares por presos não é considerado sequer uma falta grave, não acarretando qualquer punição aos detentos. Já os visitantes que são flagrados levando aparelhos para os presídios recebem como punição a suspensão do direito de visitar o preso por 30 dias. A suspensão definitiva, segundo a Secretaria de Justiça, ocorre apenas em casos de reincidência.
- Como deveria ser: Alguns especialistas defendem que o uso de celular seja considerado falta grave. Isso influencia diretamente na concessão de benefícios aos presos, pois a falta grave impede a concessão de alguns benefícios. O presidente da OAB/ES. Agesandro da Costa Pereira, porém, pondera que a criação ou modificação de uma lei deveria ser feita de forma genérica, e não sobre um fato concreto. "Não acho que esta seja uma medida absurda, mas acho que ela é inoportuna. A lei deve ser uma regra geral e não uma solução específica".

Suspensão de malotes

- Como é hoje: Familiares de presos podem levar alimentos, roupas e produtos de higiene (os chamados malotes) aos presídios, às quartas-feiras e nos finais de semana. Os malotes são considerados uma maneira de facilitar a entrada de materiais proibidos nos presídios, tais como drogas e celulares, principalmente. Profissionais ouvidos por A GAZETA afirmam que a entrada de malotes está enraizada na rotina do presídio e que a suspensão deles provocaria rebeliões nas cadeias. A Secretaria de Justiça afirmou que a possibilidade de suspensão dos malotes não está sendo cogitada e que a adoção de quaisquer medidas administrativas não serão divulgadas com antecedência.
- Como deveria ser: O Sindipúblicos defende a suspensão da entrega de malotes às quartas-feiras, por considerálos desnecessários, mantendo a entrada dos finais de semana. O dirigente sindical Wilker Kaiser de Freitas acrescenta que os agentes deveriam ter equipamentos que agilizassem a revista dos malotes. Já a Vara de Execuções Penais defende a suspensão da entrada dos malotes ou a liberação apenas da entrada de frutas cruas, em quantidades preestabelecidas.

Limitação de acesso dos visitantes

- Como é hoje: Os visitantes têm acesso a todas as áreas do presídio, incluindo as galerias e celas
- Como deveria ser: O acesso deveria ser limitado a áreas específicas das unidades prisionais, em locais predeterminados. Isso evitaria constrangimentos na revista dos visitantes e permitiria implantar a revista dos presos antes que estes entrassem nas celas. De acordo com a Vara de Execuções Penais, na maioria dos presídios da Europa e dos Estados Unidos, as visitas são feitas em parlató-

rios, sem contato pessoal. As visitas com contato pessoal são esporádicas e a visita íntima é considerado um prêmio e não uma obrigação do Estado. A Secretaria de Justica informou que a criação de um espaço específico para visitantes está prevista nos projetos para as novas unidades a serem construídas no Estado. Em relação aos presídios já existentes, a secretaria alega que está tomando providências para, na medida do possível, limitar o acesso dos visitantes às celas e galerias.

Controle informatizado

- Como é hoje: Na maioria dos presídios, o controle dos detentos é feito de forma manual. Muitas fichas não possuem fotografia dos presos. Segundo agentes, ocorrem casos de detentos que conseguem sair da prisão usando alvarás de soltura em nome de outros presos e, em março, a Secretaria de Justiça não conseguiu localizar dois presos que estavam no Complexo Penitenciário de Viana.
- Como deveria ser: As unidades deveriam ter um banco de dados com nome do preso, filiação, fotografia e impressão digital, além de informações sobre quem o visita e a movimentação desse preso nas unidades prisionais. Agentes penitenciários querem, também, a criação de uma rede interna de dados, com informações sobre os mandados de prisão e alvarás de soltura dos detentos. De acordo com a secretaria de Justiça, um software com dados de controle dos presídios está sendo implantado pela secretaria e será instalado nas unidades, com dados sobre presos, fotos e digitais dos internos.